



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Partido Liberal

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro das Relações Exteriores, para que compareça a esta Comissão, a fim de esclarecer os impactos internacionais das recentes declarações do Presidente da República que comparam a contraofensiva militar israelense na Faixa de Gaza ao Holocausto e as possíveis medidas a serem adotadas pelo Itamaraty para remediar a situação.

JUSTIFICAÇÃO

O ataque terrorista de 7 de outubro de 2023, iniciado nos arredores da Faixa de Gaza, com sequestros e o assassinato de mais de mil soldados e civis, de cerca de quarenta diferentes nacionalidades, alterou de maneira definitiva o frágil e difícil equilíbrio das relações regionais, ensejando contraofensiva militar israelense contra o Hamas na Faixa de Gaza, que atualmente ainda está em curso.

O agravamento da instabilidade regional e as graves repercussões humanitárias que tiveram lugar após o ataque terrorista são evidentes. Medidas excepcionais de segurança foram adotadas em território israelense, enfrentamentos se multiplicaram na Cisjordânia e a Faixa de Gaza enfrenta severa crise de desabastecimento. Países vizinhos, como o Irã, a Síria, o Egito e a Jordânia, já sofreram com episódios violentos em seus territórios.

A sociedade internacional acompanha com grande preocupação o conflito entre Israel e o Hamas. Essa questão, que tem ocupado importantes foros



internacionais, não escapou aos olhos do nosso Poder Legislativo. Tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados aprovaram moções de repúdio ao ataque do Hamas, prestando solidariedade ao povo israelense.

Muito embora o Brasil tenha recentemente se esquivado de oferecer bons ofícios ou mediação, é inequívoco que nosso País tem posição histórica pela paz e pela negociação israelo-palestina. Pela mão e pelo talento de Oswaldo Aranha, cumprimos papel histórico na aprovação do Plano de Partilha de 1947 na Assembleia Geral das Nações Unidas, que ainda é defendido, de maneira oficial, como o ponto de partida para uma negociação balanceada entre as partes.

O Presidente Lula, em sua fala, no último domingo, ao final da 37ª Cúpula da União Africana, em Adis Abeba, infelizmente desmontou essa admirável tradição. Em transmissão televisionada, reproduzida em todo o mundo, o Chefe de Estado brasileiro comparou o atual cenário de operações militares contra o Hamas com o Holocausto, ao afirmar que:

“É preciso parar de ser pequeno quando a gente tem de ser grande. O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu. Quando Hitler resolveu matar os judeus.”

A declaração do Presidente Lula, longe de estimular a solução do conflito e de promover o diálogo intercultural e religioso, apenas agrava as tensões entre Israel e Palestina. Ao comparar a maior política de extermínio de todos os tempos com o complexo cenário atual e tentar de alguma forma imputar responsabilidade privilegiada a apenas uma das partes em conflito, o Presidente Lula não apenas distorce fatos históricos, como também promove o ódio, a revanche e a violência. Ao invés de tentar agir como mediador, no interesse de construir um ambiente favorável às negociações, decidiu atuar como instigador, trivializando o Holocausto, promovendo o antissemitismo e tornando pequena a nossa diplomacia.



Para além de fomentar o conflito, essa fala atrapalhada, que não representa o sincero sentimento do povo brasileiro, mas apenas uma opinião pessoal, é extremamente negativa para a projeção internacional do Brasil. As relações bilaterais estão gravemente abaladas. Imediatamente após a declaração do Presidente Lula, Israel convocou o Embaixador brasileiro para gestões. E mais, no dia de hoje, o Ministro de Relações Exteriores de Israel declarou que o Presidente Lula terá sua entrada negada em território israelense até se retratar por suas palavras, na condição de *persona non grata*. Ainda em função das tensões elevadas, há poucas horas o Embaixador do Brasil em Tel Aviv, Fred Meyer, foi convocado de volta a Brasília para consultas. Infelizmente, não podemos deixar de pensar que, na hipótese de o Presidente Lula não retificar sua declaração, as retorsões israelenses possam se recrudescer, em cenário de risco capaz de culminar no rompimento das relações bilaterais entre Brasil e Israel.

É absolutamente evidente que a fala do Presidente Lula, ofensiva à história de Israel e promotora da discórdia, tem a capacidade de pôr em risco a posição oficialmente assumida pelo Estado brasileiro, a qual preza pelo diálogo, pela paz e pela segurança. Tal posição oficial, antagonizada pelo discurso do último domingo, é exemplificada pela Nota à Imprensa nº 438, publicada pelo Ministério das Relações Exteriores no mesmo dia dos ataques do Hamas, com a seguinte redação:

“O governo brasileiro reitera seu compromisso com a solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. Reafirma, ainda, que a mera gestão do conflito não constitui alternativa viável para o encaminhamento da questão israelo-palestina, sendo urgente a retomada das negociações de paz.”

Por todas essas razões, considerando que a fala do Presidente Lula rompe com uma longa tradição diplomática construída há décadas, eleva as tensões regionais no Oriente Médio, ofende o povo judeu e põe em risco as relações bilaterais entre Brasil e Israel, é indiscutível a relevância de contar



com a presença do Chanceler Mauro Vieira no Congresso Nacional para prestar esclarecimentos sobre a situação. O comparecimento do Ministro das Relações Exteriores também será oportuno para entender como o Itamaraty pode contribuir para a normalização das relações diplomáticas com Israel, importante parceiro político de nosso País, com o qual mantemos iniciativas de cooperação nas áreas de saúde, inteligência, defesa, turismo, cultura, ciência e tecnologia.

Sala da Comissão, 19 de fevereiro de 2024.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do Partido Liberal



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1605385961>